



EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ANÁLISE DA ATUAL SITUAÇÃO DE UMA REGIÃO DO ESTADO DA PARAÍBA

Maria Eloiza Nenen dos Santos¹; Lucicleide Maria de Andrade Silva²; Patrícia Fernandes Tomaz³.

¹*Graduandas do curso de Licenciatura em Química, Centro de Ciências e Tecnologia – CCT, Universidade Estadual da Paraíba – UEPB;* ²*Graduada em Licenciatura em Química pela UEPB,* ³*Pós-Graduada em Metodologia do Ensino de Biologia e Química no Centro Universitário Internacional – UNINTER.*

¹*eloiza.pb@gmail.com*

RESUMO: Este trabalho apresenta as percepções dos professores das disciplinas de Ciências Biológicas, Física, Matemática e Química que integram a rede pública de ensino, quanto à inclusão social de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE). A pesquisa foi aplicada nas escolas de algumas cidades da região paraibana, como: Assunção, Juazeirinho, Junco do Seridó e Juripiranga. A educação inclusiva aponta os caminhos para uma nova perspectiva de ensino. No entanto, são muitos os desafios para que a inclusão ocorra efetivamente no âmbito escolar. A inclusão social é entendida como a participação ativa nos vários grupos de convivência social, e a deficiência, como qualquer perda ou anormalidade de uma estrutura ou função corporal (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA..., 2003), incluindo a função psicológica. Gradativamente as sociedades democráticas vêm divulgando, discutindo e defendendo a inclusão como direito de todos em relação aos diversos espaços sociais. (MAZZOTTA E D'ANTINO, 2011). Entretanto, apesar dos avanços acontecidos no âmbito da democratização da sociedade, a realidade aponta para a necessidade de ampliação dos espaços de socialização dos alunos em situação de deficiência (visuais, físicas, mentais, auditivas, múltiplas, desvios de conduta, superdotação ou altas habilidades). (VILELA-RIBEIRO E BENITE, 2010). Nesse sentido, faz-se necessário a formação de professores, para atender a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais, constitui-se como um dos assuntos mais urgentes e que fomenta inquietações entre os profissionais de Educação (RETONDO E SILVA, 2008). Esta pesquisa apresenta uma abordagem quanti-qualitativa, baseando-se na quantificação, descrição, análise e interpretação dos dados obtidos, e natureza exploratória, por se ajustar melhor a investigação.

Palavras-chave: Inclusão, Estado da Paraíba, Educação Básica.

INTRODUÇÃO

Atualmente, muito se fala sobre inclusão e como incluir alunos/jovens com Necessidades Educacionais Especiais em sala de aula regulares, todavia, não é tão simples fazer todo esse processo de inserção em sala, alguns professores enfrentam algumas dificuldades, pois não é todos que estão preparados e também não apresentam formação continuada sobre esses aspectos, um dos motivos para a criação e tal pesquisa apresentada a seguir.

De acordo com Mazzotta e D'Antino (2011), a inclusão social tem se consagrado no mundo ocidental, especialmente a partir da década de 1980, como lema impulsionador de importantes movimentos sociais e ações políticas. A *inclusão social* é entendida como a

participação ativa nos vários grupos de convivência social, e a deficiência, como qualquer perda ou anormalidade de uma estrutura ou função corporal (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA..., 2003), incluindo a função psicológica. Gradativamente as sociedades democráticas vêm divulgando, discutindo e defendendo a inclusão como direito de todos em relação aos diversos espaços sociais. (MAZZOTTA E D'ANTINO, 2011).

No Congresso Nacional em 2015 sanciona a Lei nº 13.146, que é instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), onde mostra no Art. 1º que esta Lei é *“destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.”* (BRASIL, 2015).

É direito garantido da criança e do adolescente à educação desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, independentemente das condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou linguísticas que possua (UNESCO, 1994). Entretanto, apesar dos avanços acontecidos no âmbito da democratização da sociedade, a realidade aponta para a necessidade de ampliação dos espaços de socialização dos alunos em situação de deficiência (visuais, físicas, mentais, auditivas, múltiplas, desvios de conduta, superdotação ou altas habilidades). (VILELA-RIBEIRO E BENITE, 2010).

Ainda sobre o documento descrito na Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, descrevem como, acreditamos e proclamamos que:

[...] as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades, as escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa óptima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo. (UNESCO, 1994).

A educação, ao adotar diretriz inclusiva no exercício de seu papel socializador e pedagógico, busca estabelecer relações pessoais e sócias de solidariedade, sem mascaras, refletindo um dos tópicos mais importante da humanidade, não permitindo que faça discriminação. Ao contrario exige que os direitos de igualdade de oportunidades sejam respeitados. (BRASIL, 2001).

Ultimamente, crianças e adolescentes com necessidades especiais frequentam classes regulares de ensino e não mais ficam fora da escola ou exclusivamente em escolas especializadas. Porém, ainda existem muitos professores que se sentem “despreparados” para



trabalhar com esse tipo de alunado, pois sentem diversas dificuldades, o que se torna cada vez mais o sonho da integração fica um pouco distante. (RETONDO E SILVA, 2008).

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) o ensino deve se ministrado com base na “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Fazendo assim a inserção de todos possibilitando o acesso na escola. No mesmo documento, no título III da LDB Art. 4o apresenta que é

“[...] dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: III – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 2010.)”

Quando se pensa em Educação Especial, ainda no documento da LDB no Art. 58. Que devemos entende por educação especial, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. (BRASIL, 2010).

Na Lei nº 13.146, capítulo IV fala sobre o direito à educação no Art. 27, a educação constitui direito

“[...] da pessoa com deficiência assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.” (BRASIL, 2015).

O Congresso Nacional decreta a seguinte Lei de Nº 10.436, onde dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras que Art. 3º ressalta a importância das instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor. (BRASIL, 2002).

Nesse sentido, faz-se necessário a formação de professores, para atender a inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais, constitui-se como um dos assuntos mais urgentes e que fomenta inquietações entre os profissionais de Educação. (RETONDO E SILVA, 2008).

Na Educação básica, tem-se o documento intitulado de Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, que ressalta o direito à educação das pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais requer fundamentação nos seguintes princípios: “a. *preservação da dignidade humana*; b. *a busca da identidade*; e c. *o exercício da cidadania*.” (BRASIL, 2001).

Este trabalho objetivou apresentar percepções dos professores de escolas básicas quanto à inclusão social de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, frente





a atual realidade da vivência entre professor e alunos, além da utilização da pessoa com deficiência a possibilidade de conviver com a pessoa “comum” e vice-versa inicialmente é um ponto de partida do processo de ensino/aprendizagem e se há dificuldades para contextualizar e ministrar aulas do ensino.

METODOLOGIA

Esta pesquisa apresenta uma abordagem quanti-qualitativa, baseando-se na quantificação, descrição, análise e interpretação dos dados obtidos. Apresentando natureza exploratória. De acordo com GIL (1996, p.41), “pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições”. Procura-se compreender e investigar fenômenos a cerca do tema investigado.

O questionário estruturado, contém os seguintes pressupostos:

1. A área de atuação dos professores. O objetivo da pesquisa foi abordar professores de “Exatas”, sendo elas Química, Física, Matemática e Biologia; **2.** Em que ano esses professores atuavam: Fundamental ou Médio; **3.** Se o professor trabalha, ou trabalhou com alunos que apresentavam alguma deficiência? Justificando se Sim ou Não, e exemplificando; **4.** Quais as dificuldades encontradas nesse trabalho? (Caso nunca tenha trabalhado, que dificuldades você acredita que iriam aparecer?). Escolhendo as opções: **a.** () Falta de conhecimento sobre o tema NEE; **b.** () Dificuldade de relacionamento entre os alunos; **c.** () Dificuldade de comunicação (Professor/Aluno) e (Aluno/Aluno); **d.** () Dificuldade em ensinar; **e.** () Falta de recursos materiais; **f.** () Dificuldade na utilização de recursos especiais; **g.** () Outros.; **5.** Você (professor) acredita no processo de inclusão dos alunos com NEE no Ensino Regular? **a.** () Sim, pois a legislação vigente garante a esses alunos com NEE.; **b.** () Sim, pois não analiso como problema, trabalhar com alunos que apresentam NEE. E é através do contato e da interação com outros indivíduos que o sujeito aprende e desenvolve. **c.** () Não, pois não é todos os professores que têm conhecimento das deficiências, embora a legislação garanta a inclusão do aluno com NEE, a escola e os professores não estão preparados para recebê-los. **d.** () Não, pois não tenho formação específica para trabalhar com alunos com NEE. E ainda considero que o ensino tenha que ser específico e separado, para alunos com e sem NEE; **6.** Proporcionar a pessoa com deficiência a possibilidade de conviver com a pessoa sem deficiência e vice-versa inicialmente é um ponto de partida, contudo, se faz necessário a reformulação nas propostas pedagógicas existentes. Colocá-los juntos não faz com que a inclusão ocorra em toda sua plenitude. Quais as maneiras que você consegue fazer essa inserção em sala de aula.

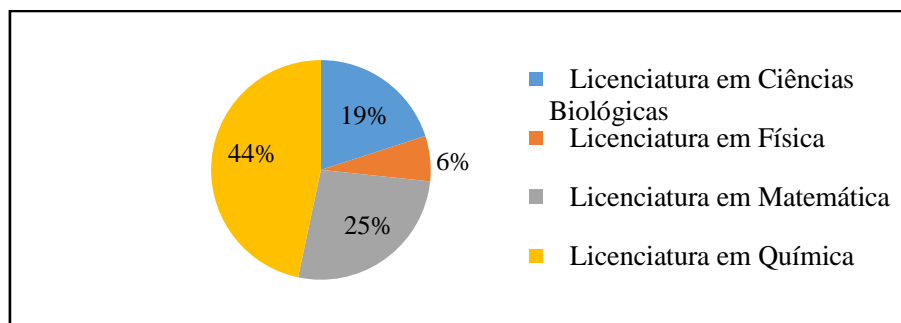
Tal questionário foi aplicado em algumas regiões paraibanas, sendo elas: Assunção, em uma escola estadual; Juazeirinho, em uma escola estadual cidadã integral; Junco do Seridó, em uma escola estadual cidadã integral; Juripiranga, em uma escola estadual e em uma municipal. No total de 16 indivíduos pesquisados. Os resultados foram esquematizados em gráficos e analisados de acordo com seus percentuais, para a organização se dos resultados dos questionários, utilizou-se o Excel (2013) os resultados foram sistematizados, analisados e discutidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado da pesquisa, obtive-se um total de dezesseis questionários, para análise e interpretação a luz do referencial teórico e dos dados obtidos.

Na primeira questão: Os professores foram questionados sobre a área de atuação/formação.

Gráfico 1. Percentual da primeira questão.

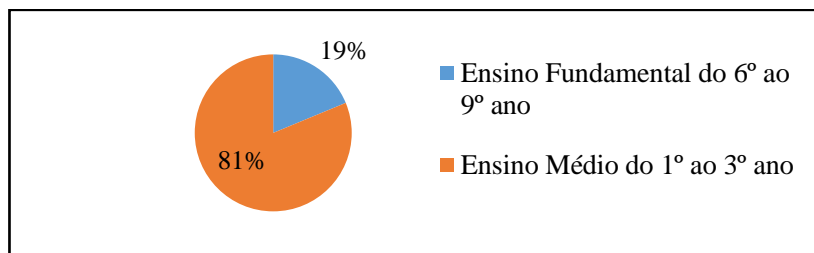


FONTE: Elaboração Própria (2018).

De acordo com o *gráfico 1*, percebe-se que 50% dos professores atuam na área da Química, em contra partida, não há a participação de nenhum professor de física. No entanto, temos que 25% do público alvo da pesquisa são professores de Biologia e Matemática.

Na segunda questão: O questionamento feito foi a respeito da serie ou ano que os professores lecionavam, se atuavam no ensino fundamental ou médio. Constatou-se que 81% dos professores envolvidos na pesquisa atuavam no ensino médio, e 19% atuavam no ensino fundamental da rede pública de ensino. Abaixo, está o *gráfico 2*, que demonstra os resultados obtidos.

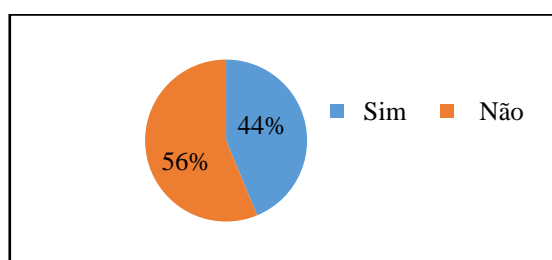
Gráfico 2. Percentual da segunda questão.



FONTE: Elaboração Própria (2018).

Na terceira questão: Foi perguntado aos professores se tinham trabalhado ou se trabalhavam com alunos NEE, e caso sim, especificassem quais as NEE que esses alunos apresentavam, o resultado pode ser visto no *gráfico 3*, abaixo:

Gráfico 3. Percentual da terceira questão.



FONTE: Elaboração Própria (2018).

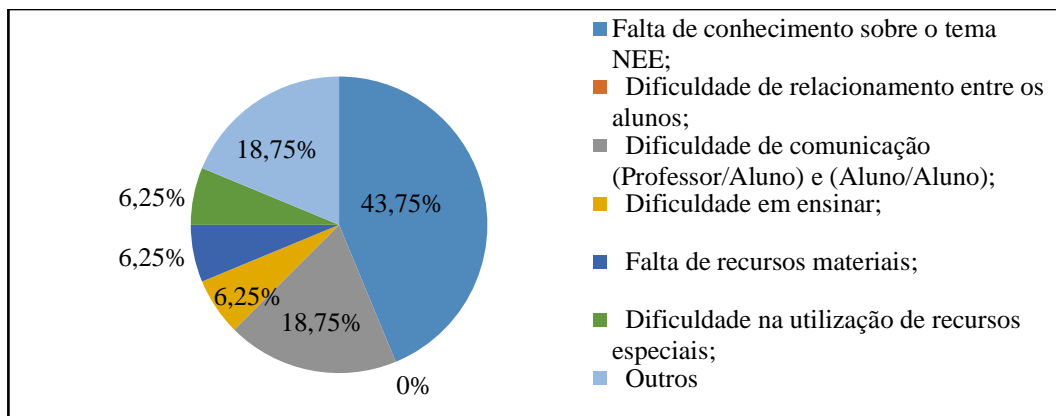
De acordo com este gráfico, 56% dos professores relatam que não trabalharam com alunos com necessidades educacionais especiais ainda. No entanto, 44% disseram que sim, já tinham trabalhado ou estavam trabalhando, e especificaram os tipos de NEE nos quais, estavam em contato na escola, tais como: deficiência visual, física, intelectual, Síndrome de Down, transtorno de déficit de atenção (TDH), dislexia e surdez.

Na quarta questão: Foi abordado as dificuldades que os professores encontraram no desenvolvimento do trabalho com esses alunos. Caso nunca tenham trabalhado, perguntou-se quais dificuldades eles acreditavam que iriam aparecer. No *gráfico 4* pode-se ver as respostas obtidas. Mais de 43% dos professores afirmam que não possuem conhecimento sobre assunto, NEE, demonstrando o quanto é importante à formação continuada de professores na educação básica e a abordagem de disciplinas sobre a temática na graduação.

No entanto, 18,75% dos professores relatam ter dificuldade de comunicação com os alunos com NEE, e outras peculiaridades que tornam o ensino e aprendizagem difícil de ser concretizado. Contudo, 6,25% informam que possuem dificuldade de ensinar, falta de recursos materiais específicos e dificuldade de utilizar esses recursos. Evidenciando a necessidade de formar esses profissionais quanto às simbologias e técnicas para aplicar esses recursos. Abaixo, está o *gráfico 4*, que demonstra os resultados obtidos.



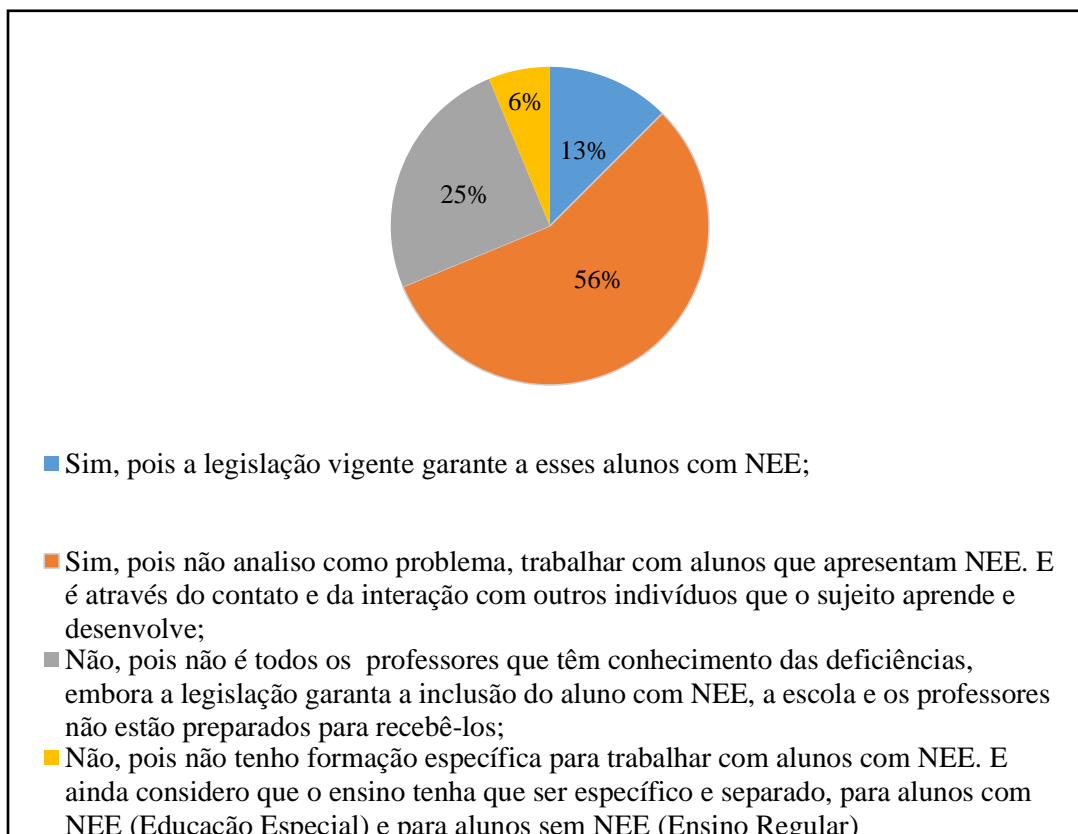
Gráfico 4. Percentual da quarta questão.



FONTE: Elaboração Própria (2018).

Na quinta questão: Os professores foram questionados se acreditavam no processo de inclusão dos alunos com NEE no Ensino Regular. 56% afirmaram que sim, acreditavam nesse processo de inclusão. Trabalhar com esses alunos não era um problema, ao contrário, ter contato com os mesmos ajudaria no seu desenvolvimento e os levaria a obter conhecimentos que não possuem a cerca do tema. No entanto, 25% informaram que não acreditavam que esse processo de inclusão seria possível, devido à falta de conhecimento. Alegando que, os professores e a escola não estão aptos para recebê-los em sala de aula. Abaixo, está o *gráfico 5*, que demonstra os resultados obtidos.

Gráfico 5. Percentual da quinta questão.



FONTE: Elaboração Própria (2018).

Na sexta questão: Proporcionar a pessoa com deficiência a possibilidade de conviver com a pessoa “comum” e vice-versa inicialmente é um ponto de partida, contudo, se faz necessário a reformulação nas propostas pedagógicas existentes. Colocá-los juntos não faz com que a inclusão ocorra em toda sua plenitude. Quais as maneiras que você consegue fazer essa inserção em sala de aula?

De acordo com o comitê de ética da Universidade Estadual da Paraíba, os nomes dos sujeitos que participaram da pesquisa não serão revelados, no entanto, foram nomeados em ordem alfabética, para apresentação do discurso de cada um, a respeito das formas que utilizavam para inserir os alunos com NEE em sala de aula. Abaixo, estão esquematizadas as respectivas respostas.

Questionário do Sujeito A, a resposta foi a seguinte: *Formação de professores voltada para a temática em questão, aplicação de propostas na qual contemple ambos os públicos e o uso de materiais alternativos no desenvolvimento de cada conteúdo.*

Questionário do Sujeito B, a resposta foi a seguinte: *Através da aplicação do mesmo conteúdo, porém avaliado de acordo com o seu nível; e a interação com os colegas e professor para que o alunado se sinta mais à vontade.*

Questionário do Sujeito C, a resposta foi a seguinte: *Atenção e concentração: através de aulas expositivas e explicativas; Sócio emocional: afetividade, segurança e autonomia.*

Questionário do Sujeito D, a resposta foi a seguinte: *Não consigo fazer essa inserção. As dificuldades são várias principalmente ausência de formação.*

Questionário do Sujeito E, a resposta foi a seguinte: *Não sei se consigo, mas procuro trata-los como igual, em seus pontos comuns com os outros alunos, e diferenciando, com suas peculiaridades, porque da mesma forma que é preconceito tratar de maneira distinta que é igual, preconceito o é que trata as diferenças como elas não existem.*

Questionário do Sujeito F, a resposta foi a seguinte: *Acredito que a utilização de atividades em grupo e a adaptação do modo de avaliar o aluno são pontos importantes que melhoram a qualidade do processo educativo. As atividades em grupo estimulam a interação entre os alunos e proporciona o aprendizado comunitário e participativo. Já a avaliação deve ser feita para o aluno com necessidades especiais de forma qualitativa, dessa forma qualquer aprendizado por menor que seja deve ser comemorado e pontuado. Tudo isso a partir de uma preparação adequada para os professores e adaptação do ensino para que haja um processo de ensino/aprendizagem com qualidade para todos os envolvidos.*

Questionário do Sujeito G, a resposta foi a seguinte: *Com a ajuda de um cuidador específico para o tipo de NEE. Ou com capacitações para que o professor possa lhe dar com esses casos específicos em sala de aula, para que assim a aula seja ministrada de forma igual e proveitosa para todos.*

Questionário do Sujeito H, a resposta foi a seguinte: *Com Não posso responder tendo e vista que nunca trabalhei com NEE, logo teria dificuldades em fazer uma inclusão.*

Questionário do Sujeito I, a resposta foi a seguinte: *É uma situação que não está no nosso cotidiano, eu nem saberia lhe dar com ela. Mas acredito que deveria ter uma preparação conjunta de toda a equipe escolar para trabalhar nesse ponto. Que não é uma situação longe da nossa realidade.*

Questionário do Sujeito J, a resposta foi a seguinte: *Procurei uma formação na área de Libras para melhorar a comunicação uma vez que o aluno sabia se comunicar através da língua de sinais ressalto que o aluno tinha uma interprete o curso foi para me comunicar com o aluno não só sobre o conteúdo, mas para manter uma relação saudável e para que ele se sentisse acolhido.*

Questionário do Sujeito K, a resposta foi a seguinte: *Para melhor atender tem que estudar a deficiência e conhecer métodos de repassar os conteúdos para todos os alunos.*

Questionário do Sujeito L, a resposta foi a seguinte: *Tenho tratado o aluno com NEE da mesma forma como trato os que não têm NEE para que esse não se sinta diferente, sintase que é tão importante quanto os outros, nem mais e nem menos.*

Questionário do Sujeito M, a resposta foi a seguinte: *Pesquisar metodologia que pudesse fazer com que houvesse uma comunicação que despertasse o interesse do aluno.*

Questionário do Sujeito N, a resposta foi a seguinte: *Geralmente procuro incluir os alunos com deficiência nas atividades realizadas em sala, sempre com os outros alunos da sala.*

Questionário do Sujeito O, a resposta foi a seguinte: *Inserir o aluno, o máximo que puder, em todas as atividades feitas pelos outros alunos.*

Questionário do Sujeito P, a resposta foi a seguinte: *A priori tem que ser feito uma conscientização com todo o alunado sobre as NEE, para que assim, com ajuda de todos, possamos fazer com que a inclusão não seja um problema a ser enfrentado, mas, sim a solução para a educação, formando não só alunos conscientes como também seres humanos de respeito.*



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo apresentou alguns dados que permitem a reflexão sobre a importância da inclusão em séries dos anos fundamental e médio, pois, muitas vezes os professores “saem” da Universidade sem a prática de sala de aula nesse contexto. Com a pesquisa aqui relatada ficou perceptível que há uma carência, nos cursos de licenciatura em Biologia, Física e Química, quanto ao conhecimento sobre a Educação Inclusiva de alunos portadores de NEE’s. Constatou-se a existência de argumentos de que a Universidade não prepara esses profissionais para a inclusão porque os próprios formadores não tiveram contato com esse assunto - o que não é caracterizado como pejorativo, mas como uma realidade dos profissionais formados em anos anteriores às políticas de incentivo à inclusão.

Uma das questões foi elaborada visando perceber a importância da inclusão social em sala de aula, ficou claro que quando se trabalha tipo de *“atividades em grupo estimulam a interação entre os alunos e proporciona o aprendizado comunitário e participativo. Tudo isso a partir de uma preparação adequada para os professores e adaptação do ensino para que haja um processo de ensino/aprendizagem com qualidade para todos os envolvidos”*. Como foi dito segundo o **Sujeito F**, um dos métodos para se trabalhar a inserção em sala de aula.

Sabe-se que existe uma grande preocupação por parte de muitos professores de escola públicas, com relação às pessoas com necessidades educacionais especiais, mas ainda falta muito para que tenhamos uma sociedade alicerçada nos ideais da inclusão.

Perceber-se que a inclusão não deve se limitar apenas à presença dos portadores de NEE’s no ambiente escolar, mas principalmente refletir mudanças no comportamento e na posição dos participantes do processo de ensino-aprendizagem. Portanto, os professores também devem buscar informações para complementar sua formação. (OLIVEIRA *et al*, 2011). Sendo assim, muitas vezes o discurso dos professores aponta para a aceitação da educação inclusiva, mas estes ainda não se sentem preparados para tal, e a principal dificuldade consiste em como preparar os professores formadores. (VILELA-RIBEIRO E BENITE, 2010).

É preciso vencer resistências e preconceitos, bem como manter e disponibilizar recursos, serviços, materiais e equipamentos que possibilitem o acesso ao conhecimento, à informação, à comunicação e às tecnologias disponíveis, além de ser de extrema importância a conscientização dos futuros professores quanto às suas responsabilidades profissionais e que o desenvolvimento de pesquisas é indispensável para a remoção de barreiras físicas e atitudinais na perspectiva de uma educação de qualidade para todos. (RETONDO E SILVA, 2008).



REFERÊNCIAS

BARROS, A.J.P.; LEHFELD, N.A.S. **Fundamentos da Metodologia Científica**: um guia para iniciação científica. São Paulo: Makron Books do Brasil. 2000.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica** / Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001.

_____. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Lex: Diário Oficial da União, de 24 de abril de 2002.

_____. Presidência da República. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Casa Civil, Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 02 ago. 2018.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ªed. São Paulo: atlas, p.41, 2002.

MAZZOTTA, M. J. S.; D'ANTINO, M. E. F. Inclusão Social de Pessoas com Deficiências e Necessidades Especiais: cultura, educação e lazer. **Saúde Soc.** São Paulo, v.20, n.2, p.377-389, 2011.

RETONDO, C. G.; SILVA, G. M. Ressignificando a Formação de Professores de Química para a Educação Especial e Inclusiva: Uma História de Parcerias. **Química Nova na Escola**. Nº 30. 2008.

OLIVEIRA, M. L.; ANTUNES, A. M.; ROCHA, T. L.; TEIXEIRA, S. M. Educação Inclusiva e a Formação de Professores de Ciências: O Papel das Universidades Federais na Capacitação dos Futuros Educadores. **Rev. Ensaio**. Belo Horizonte. v.13. n.03. p.99-117. 2011.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Declaração de Salamanca sobre princípios políticos e práticas na área das necessidades educativas especiais: aprovado por aclamação na cidade de Salamanca, em 10 de junho de 1994**. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf> >. Acesso em: 29 jul. 2018.

VILELA-RIBEIRO, E. B. BENITE, A. M. C. A Educação Inclusiva na Percepção dos Professores de Química. **Ciência & Educação**, v. 16, n. 3, p. 585-594, 2010.